Agronegócio e dinamização econômica regional: evidências dos efeitos multiplicadores no Brasil

Agribusiness and Regional Economic Dynamization: Evidence of Multiplier Effects in Brazil

Brunna Pinto de Araújo
Graduanda em Gestão de Agronegócios pela Universidade de Brasília – UnB, Brasília (DF), Brasil
Mayra Batista Bitencourt Fagundes
Professora doutora do curso de Gestão de Agronegócios e Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) na Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil
Elen Presotto
Professora doutora do curso de Gestão de Agronegócios e Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) na Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

GT07. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: Este estudo analisa os efeitos multiplicadores do agronegócio no desenvolvimento regional brasileiro, com o objetivo de identificar em quais unidades da federação o setor exerce maior capacidade de dinamização econômica. Metodologicamente, adota-se abordagem quantitativa, com base no estoque de empregos formais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2023. A partir da construção de uma conta específica do agronegócio, foram aplicados os indicadores da Teoria da Base Econômica, notadamente Participação Relativa, Quociente Locacional, emprego básico e efeito multiplicador. Os resultados indicam que o agronegócio apresenta maior peso relativo e especialização produtiva em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Rondônia. Nessas unidades, o setor se configura como atividade básica, com capacidade de impulsionar empregos e atividades nos demais segmentos da economia regional. Conclui-se que o agronegócio exerce papel estratégico na dinamização econômica regional, embora seus efeitos variem conforme a estrutura produtiva, o grau de diversificação econômica e a articulação entre agropecuária, agroindústria e agrosserviços.

Palavras-chave: agronegócio, desenvolvimento regional, efeito multiplicador, base econômica, emprego formal.

Abstract: This study analyzes the multiplier effects of agribusiness on Brazilian regional development, aiming to identify the federative units in which the sector shows the greatest capacity for economic dynamization. Methodologically, the study adopts a quantitative approach based on formal employment data from the Annual Social Information Report (RAIS) for 2023. After constructing a specific agribusiness account, the indicators of Economic Base Theory were applied, especially Relative Participation, Location Quotient, basic employment, and multiplier effect. The results show that agribusiness has greater relative weight and productive specialization in Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, and Rondônia. In these states, the sector is configured as a basic activity, with the capacity to stimulate employment and activities in other segments of the regional economy. It is concluded that agribusiness plays a strategic role in regional economic dynamization, although its effects vary according to productive structure, degree of economic diversification, and the articulation among farming, agroindustry, and agro-services.
Keywords: agribusiness, regional development, multiplier effect, economic base, formal employment.

1. Introdução

O agronegócio brasileiro consolidou-se como um dos principais pilares da economia nacional, com expressiva participação nas exportações e relevante contribuição para a geração de renda e emprego. Esse desempenho decorre da combinação entre vantagens naturais, como extensão territorial, disponibilidade hídrica e condições climáticas favoráveis, e avanços

tecnológicos que possibilitaram a expansão da produção e o aumento da produtividade ao longo das últimas décadas.

Para além de sua relevância macroeconômica, o agronegócio exerce papel central no desenvolvimento regional, especialmente em áreas onde a atividade agropecuária constitui a base da economia local. Nesses contextos, o setor contribui não apenas para a geração direta de empregos e renda, mas também para a dinamização de atividades econômicas complementares. Conforme destacado por Graziano da Silva (2004), a expansão das atividades não agrícolas no meio rural, associada à pluriatividade, evidencia a capacidade do setor em induzir transformações estruturais nas economias regionais.

Esses efeitos podem ser compreendidos à luz da Teoria da Base Econômica, segundo a qual as atividades voltadas ao mercado externo, denominadas básicas, são responsáveis por impulsionar o crescimento das atividades não básicas, voltadas ao mercado interno. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento regional é condicionado pela capacidade de determinados setores em gerar fluxos de renda externos e promover encadeamentos produtivos, resultando em efeitos multiplicadores sobre a economia local.

No caso brasileiro, observa-se uma distribuição espacial desigual da atividade agropecuária, com maior concentração nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul. Essa configuração resulta de processos históricos de ocupação territorial, de políticas públicas voltadas à expansão da fronteira agrícola e da modernização produtiva, bem como de fatores estruturais relacionados à infraestrutura e à disponibilidade de recursos naturais (Garcia; Vieira Filho, 2021; Suzigan, 1986). Como consequência, as unidades federativas apresentam distintos níveis de especialização produtiva e diferentes graus de dependência do agronegócio como vetor de dinamização econômica.

Adicionalmente, o setor enfrenta desafios estruturais que podem limitar seu potencial de desenvolvimento, como deficiências logísticas, restrições de infraestrutura e exigências crescentes relacionadas à sustentabilidade. Esses fatores influenciam a competitividade do agronegócio e sua capacidade de gerar efeitos positivos sobre as economias regionais, reforçando a necessidade de análises que considerem não apenas o desempenho produtivo, mas também os impactos estruturais do setor.

Apesar da relevância do agronegócio para a economia brasileira, a literatura ainda apresenta limitações quanto à análise integrada de seus efeitos multiplicadores no desenvolvimento regional. Estudos anteriores, embora fundamentais para o avanço do debate,

concentram-se predominantemente em recortes regionais ou setoriais específicos, contribuindo de forma consistente para a compreensão de dinâmicas localizadas. Esses trabalhos desempenham papel estruturante ao fornecer bases conceituais e evidências empíricas essenciais para a análise do agronegócio como vetor de desenvolvimento regional.

Contudo, permanece a necessidade de ampliar esse esforço analítico, incorporando uma abordagem comparativa e abrangente entre as unidades federativas, capaz de captar as heterogeneidades da estrutura produtiva brasileira. Nesse sentido, o presente estudo avança ao sistematizar e integrar essas contribuições anteriores, propondo uma análise em escala nacional dos efeitos multiplicadores do agronegócio, com base em indicadores da Teoria da Base Econômica.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos multiplicadores do agronegócio no desenvolvimento regional brasileiro, buscando identificar em quais estados o setor exerce maior influência sobre a estrutura econômica local. Para tanto, são utilizados indicadores como Participação Relativa, Quociente Locacional, emprego básico e efeito multiplicador, com base em dados de emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2023.

Ao evidenciar o papel do agronegócio como vetor de dinamização econômica regional, este estudo contribui para o avanço do debate sobre desenvolvimento territorial, oferecendo subsídios tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a tomada de decisão por agentes econômicos, especialmente no que se refere à identificação de atividades com maior capacidade de geração de encadeamentos produtivos.

2. Revisão de Literatura

2.1 Desenvolvimento regional e abordagem espacial

O conceito de desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo, deixando de ser compreendido exclusivamente como crescimento econômico para incorporar dimensões sociais, institucionais e territoriais. Inicialmente associado à expansão da renda e da produção, o desenvolvimento passou a abranger aspectos relacionados ao bem-estar social, à redução das desigualdades e à sustentabilidade, refletindo mudanças no pensamento econômico e nas demandas da sociedade (Bellingieri, 2017).

Nesse contexto, a análise regional ganhou relevância ao incorporar a dimensão espacial como elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas econômicas. A distribuição das

atividades produtivas no território não ocorre de forma homogênea, sendo condicionada por fatores como disponibilidade de recursos, infraestrutura, localização e políticas públicas. Essa heterogeneidade resulta na formação de estruturas produtivas diferenciadas entre regiões, com impactos diretos sobre os níveis de desenvolvimento econômico (Niederle; Radomsky, 2016).

As teorias clássicas do desenvolvimento regional destacam que o crescimento econômico tende a ocorrer de forma desigual no espaço, sendo impulsionado por atividades específicas que apresentam maior capacidade de dinamização econômica. Conforme discutido por Lima e Simões (2010), diferentes abordagens teóricas, como os modelos de polos de crescimento e causação circular cumulativa, convergem ao reconhecer que determinados setores exercem papel estratégico na organização das economias regionais.

Nesse sentido, a compreensão das disparidades regionais exige a identificação dos setores que atuam como motores do crescimento, bem como a análise de seus efeitos sobre a estrutura produtiva e a geração de renda. Entre as abordagens teóricas que se dedicam a essa análise, destaca-se a Teoria da Base Econômica, amplamente utilizada na literatura para explicar a dinâmica do desenvolvimento regional.

2.2 Teoria da Base Econômica e dinamização regional

A Teoria da Base Econômica, também conhecida como Teoria da Base Exportadora, fundamenta-se na distinção entre atividades básicas e não básicas. As atividades básicas são aquelas voltadas ao mercado externo, responsáveis por atrair fluxos de renda para a região, enquanto as atividades não básicas atendem à demanda interna e dependem da dinâmica gerada pelas primeiras (Oliveira; Nóbrega; Medeiros, 2012).

De acordo com essa abordagem, o crescimento econômico regional é determinado, em grande medida, pela expansão das atividades básicas, uma vez que estas estimulam a geração de emprego e renda e promovem o desenvolvimento de outros setores da economia. Esse processo ocorre por meio do efeito multiplicador, no qual o aumento da demanda externa por bens e serviços resulta na ampliação das atividades econômicas locais.

A teoria destaca que regiões com maior capacidade de inserção em mercados externos tendem a apresentar maior dinamismo econômico, uma vez que conseguem captar fluxos de renda exógenos e redistribuí-los internamente. Esse mecanismo contribui para a expansão do comércio, dos serviços e da infraestrutura, fortalecendo a estrutura produtiva regional.

Entretanto, a literatura também aponta limitações dessa abordagem, especialmente no que se refere à simplificação das interações econômicas e à dependência de fatores externos. Conforme argumentam Krugman, Fujita e Venables (2002), o desenvolvimento regional é influenciado por um conjunto mais amplo de fatores, incluindo economias de escala, externalidades e processos de aglomeração, que ampliam a complexidade das dinâmicas espaciais.

Apesar dessas limitações, a Teoria da Base Econômica permanece relevante para a análise do desenvolvimento regional, especialmente em estudos empíricos que buscam identificar setores-chave e avaliar seus impactos sobre a economia local. No caso do agronegócio, essa abordagem mostra-se particularmente adequada, uma vez que o setor possui forte orientação para o mercado externo e desempenha papel central na geração de renda e emprego em diversas regiões do Brasil (Carmo; Raiher; Stege, 2017).

2.3 Indicadores de análise regional

A operacionalização da Teoria da Base Econômica requer a utilização de indicadores capazes de mensurar a especialização produtiva e os efeitos das atividades básicas sobre a economia regional. Entre os principais instrumentos utilizados na literatura, destacam-se a Participação Relativa, o Quociente Locacional e o multiplicador de emprego.

A Participação Relativa permite avaliar o peso de determinado setor na estrutura econômica de uma região, indicando sua relevância na geração de empregos ou renda. Esse indicador é útil para identificar setores com forte presença na economia local, embora não capture, isoladamente, sua capacidade de inserção em mercados externos (Haddad, 1989).

O Quociente Locacional, por sua vez, possibilita mensurar o grau de especialização produtiva de uma região em relação a uma área de referência. Valores superiores à unidade indicam que o setor apresenta maior concentração relativa, sendo interpretado como atividade básica, com potencial de gerar fluxos de renda externa.

A partir da identificação das atividades básicas, torna-se possível estimar o emprego básico e o emprego não básico, bem como calcular o efeito multiplicador. Esse indicador expressa a capacidade de um setor em gerar impactos indiretos sobre os demais segmentos da economia, refletindo o grau de encadeamento produtivo e a intensidade das interações econômicas.

No contexto do agronegócio, a utilização desses indicadores permite compreender não apenas a relevância do setor em termos produtivos, mas também sua capacidade de induzir o desenvolvimento regional. Conforme destacam Sesso Filho et al. (2011), o agronegócio apresenta forte potencial de geração de emprego e renda, especialmente quando articulado com atividades industriais e de serviços, ampliando seus efeitos multiplicadores.

Dessa forma, a aplicação conjunta desses indicadores possibilita uma análise integrada da estrutura produtiva regional, permitindo identificar padrões de especialização, mensurar os efeitos das atividades básicas e avaliar o papel do agronegócio como vetor de dinamização econômica no território brasileiro.

3. Metodologia

3.1 Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, baseada na análise de dados secundários. O objetivo consiste em mensurar os efeitos multiplicadores do agronegócio no desenvolvimento regional brasileiro, a partir de indicadores derivados da Teoria da Base Econômica.

A abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de operacionalização de variáveis mensuráveis, permitindo a comparação entre unidades da federação e a identificação de padrões de especialização produtiva. A variável central utilizada é o estoque de emprego formal, considerado adequado por sua padronização, disponibilidade e capacidade de representar a estrutura produtiva regional.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois busca identificar a relevância do agronegócio nas economias estaduais e mensurar sua capacidade de dinamização econômica. Adicionalmente, incorpora elementos analíticos ao relacionar os resultados empíricos com os fundamentos da Teoria da Base Exportadora, permitindo interpretar o papel do setor como atividade básica.

3.2 Procedimentos e fontes de dados

A operacionalização do estudo exigiu a construção de uma base de dados específica do agronegócio, a partir da classificação de atividades definida pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2017). Os dados foram obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), considerando o estoque de vínculos formais de trabalho no ano

de 2023, organizados conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

A delimitação do agronegócio envolveu a agregação de atividades distribuídas ao longo de diferentes setores da economia, abrangendo os segmentos de insumos, produção primária, agroindústria e agrosserviços. Em função da estrutura hierárquica da CNAE, foram necessários procedimentos de compatibilização para evitar dupla contagem dos vínculos empregatícios. Para tanto, os valores das subclasses, classes e grupos foram deduzidos dos níveis superiores aos quais pertencem, especialmente no caso das atividades industriais e de serviços vinculadas ao setor.

Adicionalmente, em situações nas quais não foi possível identificar diretamente as atividades do agronegócio a partir da base da RAIS, foram aplicados coeficientes técnicos definidos pelo CEPEA. Destaca-se a utilização do percentual de 36,4% para a divisão de confecção de artigos do vestuário, bem como a estimativa dos agrosserviços com base na participação desses serviços no Produto Interno Bruto do agronegócio, obtida por meio da Matriz de Insumo-Produto. Para este último, adotaram-se coeficientes proporcionais baseados em informações disponíveis para anos anteriores, considerando a indisponibilidade de dados desagregados recentes.

Após a construção da base de dados, as atividades econômicas foram reorganizadas por seções da CNAE, com a criação de uma categoria específica para o agronegócio, permitindo sua comparação com os demais setores da economia. Essa etapa foi fundamental para viabilizar a análise da estrutura produtiva das unidades federativas de forma integrada.

Na etapa seguinte, foram calculados os indicadores de análise regional. Inicialmente, estimou-se a Participação Relativa (PR), que expressa o peso do setor na estrutura de emprego da região:

$$PR_{ij} = \frac{E_{ij}}{E_j} \qquad (1)$$

em que E_{ij}representa o emprego no setor $i$na região j, e $E_j$corresponde ao total de empregos da região. Esse indicador permite identificar setores com relevância absoluta na economia regional.

Em seguida, calculou-se o Quociente Locacional (QL), utilizado para mensurar a especialização produtiva:

$$QL = \frac{(E_{ij}/E_j)}{(E_{it}/E_t)} \qquad (2)$$

Em que E_{it} e E_t representam, respectivamente, o emprego no setor i e o total de empregos na região de referência. Valores de $QL \geq 1$ indicam que o setor é relativamente mais concentrado na região analisada, sendo classificado como atividade básica.

A identificação das atividades básicas permitiu a estimação do emprego básico (EB), conforme:

$$EB_i = S_i - \left[S_t \left(\frac{N_i}{N_t}\right)\right] \qquad (3)$$

em que S_i representa o emprego do setor na região, S_t o emprego total da região, N_i o emprego do setor na região de referência e N_t o emprego total da região de referência. Valores positivos de EB_i indicam que o setor gera excedente de emprego associado à demanda externa.

A partir dessa decomposição, o emprego total pode ser expresso como:

$$E = EB + EN \qquad (4)$$

em que EB corresponde ao emprego básico e EN ao emprego não básico.

Com base nessas relações, foi estimado o multiplicador de emprego, que expressa a capacidade das atividades básicas em induzir empregos nos demais setores:

$$k = \frac{E}{EB} \qquad (5)$$

Esse indicador permite avaliar o grau de encadeamento produtivo e a intensidade dos efeitos indiretos gerados pelas atividades básicas na economia regional.

Para os estados em que o agronegócio apresentou $QL \geq 1$ e emprego básico positivo, procedeu-se à estimativa do efeito multiplicador específico do setor. Para tanto, calculou-se a participação do emprego básico do agronegócio no total de empregos básicos da unidade

federativa, sendo essa proporção utilizada para ponderar o multiplicador regional. Esse procedimento possibilitou isolar o efeito do agronegócio na dinâmica econômica local, evidenciando sua contribuição relativa para a geração de empregos indiretos.

Dessa forma, a metodologia adotada combina a construção de uma base de dados setorial detalhada com a aplicação de indicadores clássicos de economia regional, permitindo identificar padrões de especialização, mensurar efeitos multiplicadores e avaliar o papel do agronegócio como vetor de dinamização econômica nas diferentes unidades da federação.

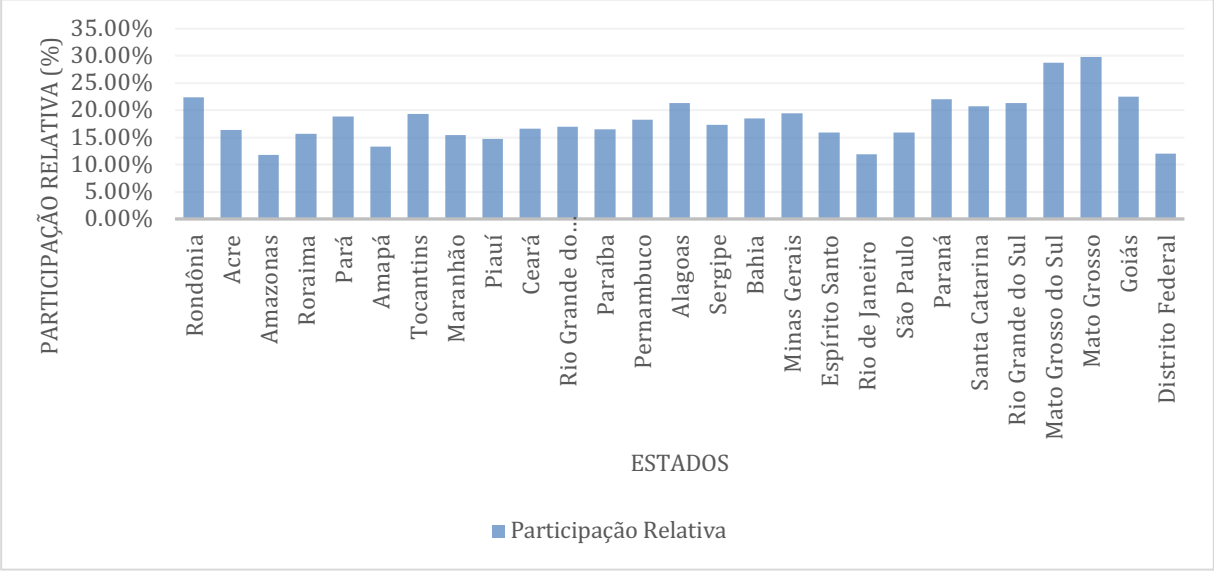
4. Discussão dos Resultados

4. 1 Participação relativa do agronegócio e estrutura produtiva

A Participação Relativa (PR) foi utilizada para mensurar o peso do agronegócio no total de empregos formais das unidades federativas, permitindo identificar o grau de dependência das economias estaduais em relação ao setor.

Conforme apresentado no Gráfico 1, os maiores valores concentram-se nos estados de Mato Grosso (0,2976), Mato Grosso do Sul (0,2878), Goiás (0,2249), Rondônia (0,2242) e Paraná (0,2203), evidenciando a centralidade do agronegócio, sobretudo na região Centro-Oeste.

Gráfico 1 – Participação relativa do emprego no agronegócio nas unidades federativas, Brasil, 2023.



Fonte: Dados da pesquisa

À luz da Teoria da Base Econômica, elevados valores de PR indicam forte dependência do setor para a sustentação do mercado de trabalho regional. Nesse sentido, o Mato Grosso destaca-se por apresentar quase um terço dos empregos formais vinculados ao agronegócio, refletindo elevada especialização produtiva. No entanto, a análise isolada da PR pode conduzir a interpretações incompletas. Para aprofundar essa leitura, torna-se relevante compará-la com o Valor Bruto da Produção (VBP), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação entre Participação Relativa (PR) e Valor Bruto da Produção (VBP), 2023.

Estado	**PR (Emprego)**	**VBP (R$ bilhões)**	**Interpretação**
Mato Grosso	0,2976	184,5	Alta especialização e alta produção
Mato Grosso do Sul	0,2878	64,1	Alta dependência do setor
Goiás	0,2249	98,8	Produção elevada e diversificada
Paraná	0,2203	142,9	Agro relevante em economia diversificada
Rondônia	0,2242	21,0	Economia em consolidação

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2023) e MAPA (2023).

Observa-se que PR e VBP capturam dimensões distintas da dinâmica econômica. Enquanto o VBP reflete o valor monetário da produção, a PR expressa a intensidade do emprego gerado. Dessa forma, estados altamente mecanizados podem apresentar elevado VBP com menor participação relativa no emprego. Esse comportamento é consistente com a literatura, que indica que a mecanização e a produtividade tendem a reduzir a intensidade de mão de obra, ao passo que economias menos diversificadas apresentam maior dependência do setor primário.

No caso do Paraná, apesar de possuir elevada produção, a participação relativa é moderada, reflexo da maior diversificação econômica e da forte presença da agroindústria. Já Rondônia evidencia um padrão distinto, indicando expansão recente do agronegócio e crescente relevância na estrutura produtiva regional.

4.3 Especialização produtiva e atividades básicas

A aplicação do Quociente Locacional (QL) permitiu identificar as unidades federativas nas quais o agronegócio se configura como atividade básica, conforme a Teoria da Base Exportadora.

Tabela 2 - Quociente Locacional do agronegócio nas unidades federativas, Brasil, 2023

Estado	**QL**
Mato Grosso	1,37
Mato Grosso do Sul	1,32
Goiás	1,04
Paraná	1,01
Rondônia	1,03

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados indicam que apenas cinco estados apresentam QL superior a 1, caracterizando o agronegócio como atividade básica nessas regiões. Segundo a teoria, isso implica que o setor é capaz de gerar renda externa e induzir o crescimento das atividades não básicas. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam os maiores níveis de especialização produtiva, indicando forte dependência estrutural do setor. Nesses casos, o agronegócio atua como principal vetor de dinamização econômica, promovendo encadeamentos produtivos com comércio, transporte e serviços.

A presença de Goiás e Paraná nesse grupo revela que, mesmo em economias mais diversificadas, o setor pode exercer papel relevante como atividade exportadora. Já Rondônia representa um caso emergente, indicando a expansão da fronteira agrícola e a interiorização da produção agropecuária no Brasil.

Por outro lado, a ausência de estados como São Paulo e Minas Gerais reforça que economias mais complexas tendem a reduzir a dependência relativa das atividades básicas, conforme previsto pela literatura.

4.3 Efeitos multiplicadores e dinamização econômica

O multiplicador de emprego (k) foi utilizado para mensurar a capacidade do agronegócio de gerar impactos indiretos sobre os demais setores da economia. Os resultados evidenciam que Goiás e Mato Grosso do Sul apresentam os maiores efeitos multiplicadores, indicando forte capacidade de encadeamento produtivo. Nesses estados, o agronegócio atua

como núcleo estruturante da economia regional, promovendo expansão significativa das atividades não básicas.

Tabela 3 – Multiplicador de emprego do agronegócio, Brasil, 2023

Estado	k	Classificação	Interpretação
Goiás	6,361	Muito alto	Forte integração produtiva
Mato Grosso do Sul	5,545	Alto	Agro como motor econômico
Mato Grosso	2,896	Moderado	Alta produção, menor intensidade de emprego
Paraná	1,944	Médio	Economia diversificada
Rondônia	0,396	Baixo	Estrutura pouco integrada

Fonte: Elaboração própria

No Mato Grosso, embora o setor seja altamente produtivo, o multiplicador é inferior, o que pode ser explicado pelo elevado grau de mecanização, que reduz a intensidade de emprego direto e, consequentemente, os efeitos indiretos.

O Paraná apresenta multiplicador intermediário, refletindo maior diversificação econômica, enquanto Rondônia evidencia baixa capacidade de transbordamento, característica de economias em estágio inicial de integração produtiva.

4.4 Estrutura interna do agronegócio e encadeamentos produtivos

Para aprofundar a análise, foi avaliada a distribuição do emprego entre os segmentos do agronegócio.

Tabela 4 – Distribuição do emprego e coeficiente de variação do agronegócio, 2023.

Estado	Agropecuária	Agroindústria	Agrosserviços	CV
MT	157.555	91.330	97.287	26%
MS	94.575	81.480	62.624	16%
GO	121.423	155.576	140.688	10%
PR	116.464	393.785	287.704	43%
RO	18.786	28.891	33.577	23%

Fonte: Elaboração própria.

Estados com menor coeficiente de variação, como Goiás, apresentam maior equilíbrio entre os segmentos, o que favorece a geração de efeitos multiplicadores mais elevados. Por

outro lado, estruturas mais concentradas, como a do Paraná, indicam maior especialização em determinados elos da cadeia.

Esse resultado reforça a literatura ao demonstrar que a capacidade de geração de efeitos multiplicadores está diretamente associada ao grau de articulação entre os diferentes segmentos produtivos.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos multiplicadores do agronegócio no desenvolvimento regional brasileiro, a partir da aplicação dos indicadores da Teoria da Base Econômica, com ênfase na Participação Relativa, no Quociente Locacional e no multiplicador de emprego. Os resultados evidenciam que o papel do agronegócio na dinamização econômica regional é significativo, porém heterogêneo entre as unidades federativas.

A análise da Participação Relativa indicou que estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e Paraná apresentam elevada dependência do agronegócio na geração de empregos formais, refletindo estruturas produtivas mais especializadas e menos diversificadas. No entanto, a comparação com o Valor Bruto da Produção demonstrou que a relevância do setor não pode ser avaliada apenas pela magnitude da produção, uma vez que fatores como mecanização, intensidade de trabalho e diversificação econômica influenciam diretamente sua capacidade de absorção de mão de obra.

A partir do Quociente Locacional, verificou-se que o agronegócio se configura como atividade básica em apenas cinco estados brasileiros, confirmando a concentração espacial da especialização produtiva, sobretudo na região Centro-Oeste. À luz da Teoria da Base Exportadora, esse resultado indica que, nessas economias, o setor atua como principal gerador de renda externa, sendo responsável por impulsionar o crescimento das atividades não básicas e estruturar a dinâmica econômica regional.

A análise do efeito multiplicador revelou diferenças relevantes quanto à capacidade de encadeamento produtivo. Estados como Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram elevados multiplicadores, evidenciando forte integração entre o agronegócio, a agroindústria e os serviços, o que amplia os impactos indiretos sobre a economia local. Por outro lado, estados como Rondônia, apesar de já apresentarem especialização produtiva, ainda possuem limitada capacidade de transbordamento, indicando estruturas produtivas em processo de consolidação.

Esses resultados reforçam que o agronegócio não atua de forma isolada no desenvolvimento regional. Sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores depende

diretamente do grau de articulação entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva, bem como do nível de diversificação econômica das regiões. Dessa forma, a presença do setor como atividade básica é condição necessária, mas não suficiente, para a promoção de um desenvolvimento regional mais amplo e sustentável.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao evidenciar a aplicabilidade da Teoria da Base Econômica na análise do agronegócio brasileiro, demonstrando que os efeitos multiplicadores variam conforme a estrutura produtiva regional. Empiricamente, os resultados oferecem evidências comparativas entre as unidades federativas, permitindo identificar padrões de especialização e níveis distintos de dinamização econômica.

Em termos de implicações práticas, os achados sugerem que políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional devem ir além do estímulo à produção agropecuária, priorizando a integração entre os elos da cadeia, o fortalecimento da agroindústria e a expansão dos serviços associados. Tal estratégia pode potencializar os efeitos multiplicadores do agronegócio, promovendo maior geração de emprego e renda nas economias locais.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros avancem na incorporação de outras variáveis, como valor adicionado e produtividade, bem como na utilização de abordagens econométricas que permitam aprofundar a análise das relações causais entre agronegócio e desenvolvimento regional.

Referências

BELLINGIERI, Julio. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 1, n. 37, 2017. DOI: 10.21452/rde.v2i37.4678.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília: MTE. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARMO, Alex Sander Souza do; RAIHER, Augusta Pelinski; STEGE, Alysson Luiz. O efeito das exportações no crescimento econômico das microrregiões brasileiras: uma análise espacial com dados em painel. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 153–183, jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/XqFj7xXKBfsFHS8bfgPnXfq/. Acesso em: 02 nov. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). *Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro: aspectos metodológicos*. Piracicaba, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). *Metodologia: PIB do agronegócio brasileiro – base e evolução*. 2017. Disponível em:

https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_NotaMetodologica_Nova.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. A nova geografia da agropecuária brasileira e os desafios logísticos. *Confins*, n. 50, 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/37395. Acesso em: 23 set. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro: dimensões sociais e econômicas*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

HADDAD, Paulo Roberto. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

KRUGMAN, Paul; FUJITA, Masahisa; VENABLES, Anthony J. *Economia espacial*. São Paulo: Futura, 2002.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5–19, jul. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). Valor Bruto da Produção agropecuária. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp. Acesso em: 01 out. 2025.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163909. Acesso em: 24 set. 2025.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; NÓBREGA, Adalmário Mendes; MEDEIROS, Messias Rodrigues. Desenvolvimento econômico e regional segundo a teoria da base de exportação. *Revista Tocantinense de Geografia*, Palmas, v. 1, n. 1, p. 51–65, 2012. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2586. Acesso em: 30 mai. 2025.

SESSO FILHO, Umberto Antonio et al. Geração de renda, emprego e impostos no agronegócio dos estados da região sul e restante do Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 7, n. 2, 2011. DOI: 10.5380/ret.v7i2.26822.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.